

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

SANEAMENTO BÁSICO E DESIGUALDADE SOCIAL

A CIDADE DE SÃO PAULO EM PERSPECTIVA

RUAN DOS SANTOS FERREIRA

LUÍS PAULO BRESCIANI

SÃO PAULO – SP

2021

## SANEAMENTO BÁSICO E DESIGUALDADE SOCIAL

### A CIDADE DE SÃO PAULO EM PERSPECTIVA

#### RESUMO

A presente pesquisa, centrada no estudo sobre saneamento básico e desigualdades, se propôs a compreender o déficit de acesso ao saneamento básico em distritos da cidade de São Paulo com marcante quadro de desigualdade social. Para tanto, inicialmente buscou-se estudar o cenário da desigualdade social e do acesso aos serviços de saneamento, como o abastecimento de água, tratamento de esgoto e coleta de resíduos. Dessa forma, para cumprir com o objetivo do projeto, foi realizado o levantamento de literatura nacional sobre o problema colocado. Além disso, foi aplicada uma entrevista com roteiro estruturado junto a três especialistas no tema do saneamento básico, bem como analisados documentos relacionados à agenda e execução de políticas de saneamento nos distritos estudados. As reflexões resultantes nos permitem trazer contribuições relevantes para a discussão sobre desigualdades e saneamento básico no município de São Paulo, em especial nos distritos analisados, de São Miguel Paulista, Brasilândia e Parelheiros. O estudo levanta também questionamentos e ressalvas sobre os indicadores disponíveis para a implantação do saneamento básico na cidade de São Paulo. Por fim, a pesquisa permitiu uma melhor compreensão das políticas direcionadas para a universalização dos serviços de saneamento em regiões mais vulneráveis. Ademais, ao longo da pesquisa os dados coletados evidenciam que os três distritos estudados, com alto grau de desigualdade, são também marcados pelo déficit de saneamento básico.

**Palavras-chaves:** Desigualdade Social, Saneamento Básico, Serviços Públicos, Distritos da Cidade de São Paulo, Subprefeituras.

## 1. INTRODUÇÃO

Inicialmente é importante entendermos a situação da desigualdade no Brasil. Em 2018, de acordo com o IBGE, a concentração de renda aumentou, aprofundando ainda mais a desigualdade no Brasil. Além disso, o rendimento mensal de trabalho da parcela (1%) mais rica foi 30 vezes superior aos rendimentos dos 50% mais pobres do país. A PNAD Contínua (2018) nos mostra que essa estreita faixa (1%) de maior renda teve renda média mensal de R\$ 27.744, enquanto os 50% mais desfavorecidos ganharam em média R\$ 820,00, ou seja, uma desigualdade de magnitude 33 entre a renda dos mais ricos e dos mais pobres.

Chegando a um período mais recente, a PNAD Contínua (2020) mostra que a taxa de desocupação desagregada foi de 11,9% para os homens e 16,4% para mulheres. Ainda com relação a cor ou raça, a taxa para os brancos ficou em 11,5%, abaixo da média nacional, enquanto para os pretos alcançou 17,2% e para os declarados pardos chegou a 15,8%, níveis superiores à média do país, o que demonstra uma face importante da desigualdade.

A cientista política Marta Arretche, organizadora do livro “Trajetória das desigualdades” (2015), em sua entrevista concedida ao jornal Nexo em 21 de julho de 2016, fala sobre como o tema vem moldando nossa sociedade. De acordo com ela, o Brasil mudou muito entre 1960 e 2010, em termos estruturais; Arretche acreditava que a sociedade brasileira mudou intensamente, buscando novas demandas e não aceitando mais as condições em que se encontra. No entanto, a autora mencionou isso em um contexto de elevação da qualidade de vida e redução da desigualdade no Brasil. Sendo assim, com a crise atual e a ausência de indicadores pelo adiamento do Censo, provavelmente indicarão uma piora da desigualdade social. Em um contexto pandêmico, o Censo se torna mais do que necessário para auxiliar na elaboração de políticas públicas durante e após este período.

Nesse contexto, a pesquisa teve a seguinte questão norteadora: os distritos do município de São Paulo com maior grau de desigualdade social são também marcados pelo déficit de acesso ao saneamento básico? O objetivo geral do estudo foi portanto compreender se existe convergência entre os indicadores mais críticos de desigualdade e vulnerabilidade social com os indicadores mais críticos de acesso ao saneamento básico, levando em consideração serviços públicos como abastecimento de água, coleta

de lixo e acesso à rede de esgoto nos distritos de São Miguel Paulista, Brasilândia e Parelheiros, que integram a cidade de São Paulo.

A pesquisa contemplou também buscar objetivos específicos, identificando os distritos caracterizados pela maior frequência de indicadores críticos de desigualdade e vulnerabilidade, e buscou identificar os potenciais fatores explicativos da sobreposição entre desigualdade e o déficit de saneamento.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

No que diz respeito ao tema central da pesquisa realizada, cujo foco está na relação entre saneamento básico e desigualdade social, vale notar que Eduardo Marques (2017, p. 42) discorre que o segundo momento de expansão de políticas ocorreu no regime militar, intensificando a construção de domicílios e consequentemente colaborando para a expansão do saneamento básico. Ele afirma que as políticas habitacionais tiveram aumento expressivo em termos de volume, sendo produzidas 2,3 milhões de unidades habitacionais para baixa renda entre 1967 e 1986, e foram “elevadas” também as coberturas de saneamento (água 41,8% e esgoto 26% em 1960, passando para água 79,2% e esgoto 37% em 1980). Todavia, ainda nos encontramos longe do acesso universal do saneamento e da redução das desigualdades, como mostram os desafios do ODS 6 e do ODS 10, de acordo com os Cadernos ODS do Ipea (2019).

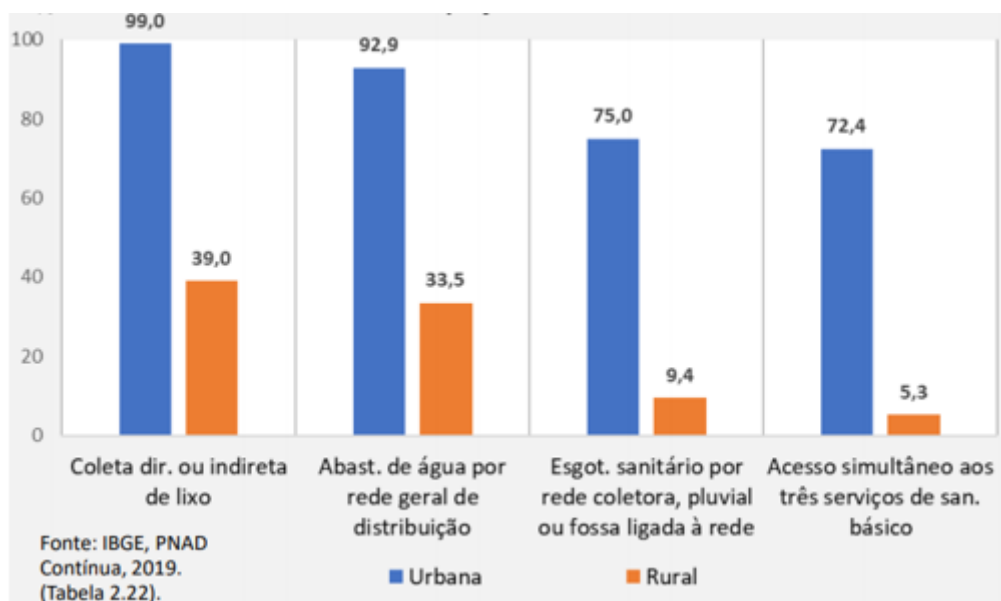
Explorando mais os argumentos de Marques (2017), ele busca trazer como um maior ativismo municipal nas políticas públicas e um regime democrático, trouxe avanços significativos no que se refere ao tema exposto anteriormente:

“Com o declínio das políticas do regime militar nos anos 1980, criou-se um vácuo ocupado por um intenso ativismo municipal, especialmente em governos de esquerda eleitos com o retorno dos pleitos locais. O leque de políticas foi expandido com a disseminação de ações de urbanização de favelas e de loteamentos irregulares, mutirão autogerido, locação social, zoneamentos especiais de interesse social e ambiental, tarifas sociais, planejamento participativo, entre outras, conformando uma nova agenda urbana diversificada, redistributiva e participativa.” (Marques, 2017).

Nessa linha, com base nas informações do IBGE (PNAD Contínua, 2019), como mostra o gráfico abaixo, alguns pontos chamaram a atenção: abastecimento de água e coleta de lixo apresentam alguma penetração em áreas rurais; esgotamento é o serviço de saneamento com maior restrição; peculiaridades da área rural em relação à urbana,

sobretudo para serviços mais comuns, como água e esgoto; e a coleta de lixo está mais próxima, ao que as informações indicam, da universalização. Como o gráfico abaixo apresenta, fato é, domicílios localizados na zona urbana recebem maior ação, no entanto, isso não elimina a necessidade de ampliar ainda mais a infraestrutura de saneamento.

**Gráfico 1** – Proporção da população residindo em domicílios com serviços de saneamento, por situação do domicílio, segundo o tipo de inadequação – Brasil - 2019



**Fonte:** BRASIL. IBGE, PNAD Contínua, 2019.

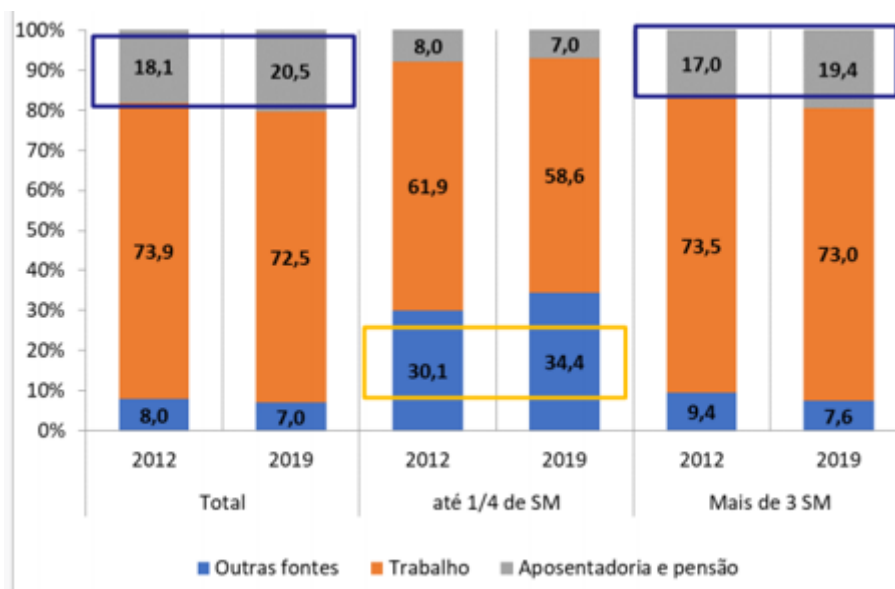
Dando ainda mais luz à questão, o filósofo e economista indiano Amartya Sen, ganhador do Nobel em 1988, por sua contribuição acerca da economia do bem-estar social, vem contribuindo amplamente nos temas que envolvam a miséria, pobreza e desigualdade social. Sen (2000) analisa ser fundamental estimular as capacidades de cada indivíduo, o que remete à existência de boas condições para a saúde e a reprodução da vida humana. Sendo os serviços de saneamento uma via de ascensão da dignidade humana e desenvolvimento social, o acesso à informação é fator importante para o desenvolvimento, contribuindo para o acompanhamento e elaboração de políticas públicas com a participação da sociedade civil (CERI, 2018, p.5).

Entretanto, a universalização dos serviços tem obstáculos também por falta de um planejamento mais assertivo no campo do saneamento. Tatiana Santana e Léo Heller (Pereira, T.S.T, 2015 & Heller, L, 2015) buscaram em seu trabalho de pesquisa “Planos

Municipais de Saneamento Básico: avaliação de 18 casos brasileiros” investigar as principais barreiras e potencialidades para o planejamento. Neste sentido, tendo em vista as percepções e considerações dos autores, os planos de Belo Horizonte, Boa Vista, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, são os que mostram ter maior capacidade para a construção de planos mais assertivos, de modo a contemplar as especificidades regionais.

A fim de retomar a questão da desigualdade no país, a PNAD Contínua (2019) reforçar a gravidade do contexto social. A distribuição de renda no Brasil tem se revelado ainda mais injusta, e domicílios com renda familiar de um quarto do salário-mínimo (R\$ 250 no valor atual) apresentam uma evidente carência das fontes relacionadas ao trabalho ou aposentadoria, com elevada dependência de outras “outras fontes” (34% em 2019, provavelmente relacionados a transferência de renda ou benefícios complementares) conforme apresenta o Gráfico 2 abaixo:

**Gráfico 2** – Distribuição (%) do rendimento domiciliar total, por fonte do rendimento e classes de RDPC – Brasil – 2012/19



**Fonte:** IBGE, PNAD Contínua, 2012 e 2019.

Compreendendo a profunda desigualdade do país e os déficits dos serviços de saneamento, o Novo Marco Legal (Lei 14.026/2020) é apresentado por seus

idealizadores e defensores como a necessária mudança institucional que poderia levar a atender e resolver um problema crítico de nosso processo de urbanização desordenada, especialmente nas metrópoles brasileiras, conduzindo, por meio da universalização do saneamento, a uma série de potenciais avanços na qualidade de vida das pessoas, sobretudo na saúde infantil com redução da mortalidade infantil, melhorias na educação e na renda do trabalhador. Tendo isso em mente, Capobianco e Checco (2020) abordam uma série de temas relevantes em seu artigo “A privatização da água e o papel do estado”. Os autores destacam a potencial importância do investimento privado para contribuir na universalização dos serviços, em um país tão desigual como é o Brasil, mas não deixam de notar, em tom crítico, que a palavra “universalização aparecia nove vezes na lei anterior, agora aparece onze vezes”.

No texto ainda aparece o que muda com a nova legislação, a exemplo da licitação obrigatória com a maior participação da iniciativa privada, envolvendo o cumprimento de metas e resultados, podendo o contrato de concessão caducar caso não sejam cumpridas as metas estabelecidas nos devidos prazos estipulados. Outro ponto de destaque é a relevância de investir fortemente nas estratégias de cobertura regional do saneamento e nas agências reguladoras, sob o olhar e interesse do setor público.

Para reforçar os argumentos dos autores, na nova legislação constam pontos como: (i) alcançar meta de 99% da população com água potável em casa até de 2033; (ii) meta de 90% da população com coleta e tratamento de esgoto até 2033; (iii) ações para diminuição do desperdício de água; (iv) estímulo ao investimento privado; (v) e o fim do direito de preferência a companhias estaduais. Por ocasião da aprovação da nova lei (14.026/2020), o Ministério da Economia previa que o novo marco legal pudesse alcançar mais de R\$ 700 bilhões em investimentos e gerar cerca de 700 mil vagas de trabalho no país, mas não existem ainda dados consolidados sobre esses possíveis resultados.

Com relação aos principais indicadores de água e acesso ao saneamento no Brasil, de acordo com o ODS 6 (CADERNOS IPEA, 2019) nota-se que mesmo diante dos gargalos para monitorar e avaliar os grandes déficits regionais, principalmente na zona rural e aglomerados subnormais, compreende-se a evolução dos serviços. No mesmo ano, o Sistema Nacional de Informações (SNIS, 2019), seus indicadores apontaram uma situação favorável à universalização do abastecimento de água na zona urbana, no entanto, diferentemente da rural, sem dados de qualidade do serviço. Ainda, no que se refere a desigualdade, o ODS 10 (CADERNOS IPEA, 2019) mostra que quanto mais

profunda for a desigualdade, maiores são as chances de dificultar o avanço dos outros ODS, como a universalização dos serviços de água e esgoto

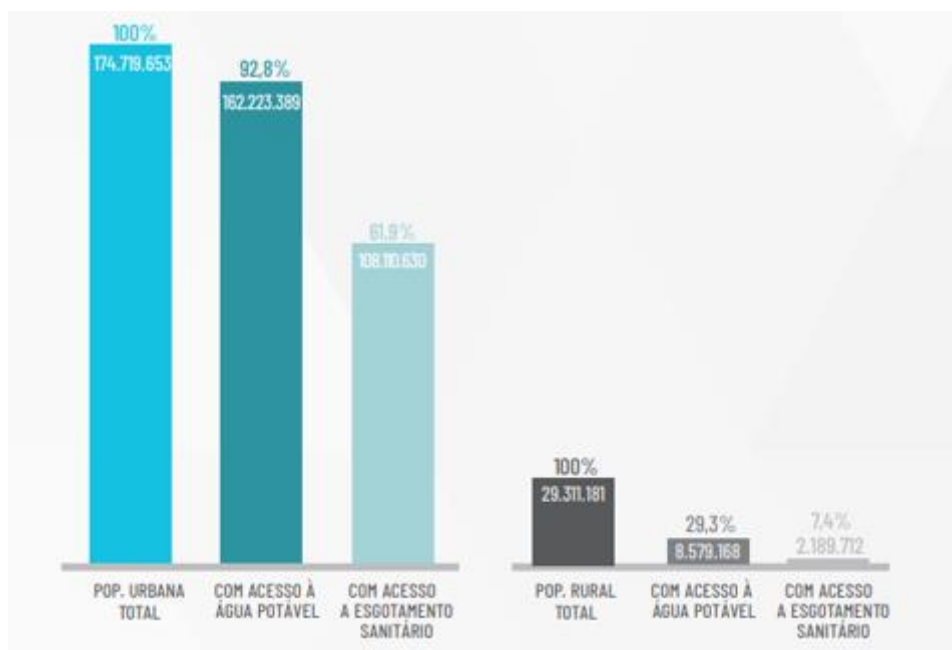
Portanto, recentemente foi publicado o Relatório Luz (2021), elaborado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Para a Agenda 2030. No relatório consta, dentre outros, o ODS 6 – que apresenta como central “Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos”. O respectivo objetivo trata da situação do Brasil em relação ao abastecimento de água e saneamento, mostrando como a desigualdade ainda é avassaladora e, do ponto de vista da sociedade civil, parte significativa das pessoas não possuem acesso aos serviços, ou recebe com qualidade insuficiente necessária para a garantia de maior bem-estar e qualidade de vida. Também, o esgoto é uma preocupação frequente, especialmente ao se tratar da questão crítica que a Agenda ODS apresenta, e com isso, destaca-se:

“Tal desigualdade, entre outros fatores, reflete o fato de que 39,2 milhões de pessoas não têm acesso a água potável e 99,7 milhões não têm coleta de esgoto (48% da população). Além disso, despeja-se o perigoso volume de 24 bilhões de litros diários de esgoto in natura no meio ambiente, referente ao tratamento de cerca de 42% do esgoto total.” - (RELATÓRIO LUZ, 2021).

De fato, o saneamento se mostra diretamente relacionado à desigualdade no país, sendo que o gráfico 3 abaixo traz informações sobre o índice de abastecimento de água e esgoto comparando as zonas urbana e rural, com coberturas muito baixas no acesso à água potável (29,3%) e ao esgotamento sanitário (7,4%), mostrando o árduo caminho rumo à universalização, especialmente se considerarmos contextos pouco rentáveis para operadores privados.



**Gráfico 3** – Índice de atendimento de abastecimento de água e esgoto às populações urbana e rural



**Fonte:** BRASIL. SNIS (2019)

O princípio da universalidade pressupõe que o acesso aos serviços de saneamento é um direito e que, assim, todas e todos os brasileiros devem ter acesso, sem qualquer espécie de distinção, seja de gênero, classe ou cor da pele (BRASIL, 2014; PAIM, 2011).

Segundo Turolla (2002), a “indústria do saneamento tem uma forte presença de custos fixos elevados em capital altamente específico”. Dessa forma, ele ainda pontua, que "a principal consequência dessa configuração, associada à ideia de monopólio natural, é um dilema entre a eficiência produtiva e a eficiência alocativa, sem contar o baixo grau de incentivo ao investimento no setor”. Portanto, ele ainda discorre, que como um de seus impactos, o setor de saneamento tem se estruturado de maneira geral, a partir de uma perspectiva da gestão pública regionalizada. Ademais, “muitos países altamente desenvolvidos foram capazes de atingir a universalização quase que plena sob esse modelo, embora possa ser verificada uma tendência por uma maior participação da iniciativa privada”. (TUROLLA, 2002).

No Brasil, como aponta Galvão (2009), o déficit do setor é complexo e extremamente alto, especialmente no que se refere aos serviços de abastecimento de

água e tratamento de esgotos, sendo estes marcados pela maior ausência em regiões localizadas nas regiões mais remotas e nas periferias metropolitanas. É inegável o nível desigual dos serviços em regiões mais pobres, das zonas urbanas e rurais, onde se encontram as pessoas mais vulneráveis. Pode-se assim dizer que a universalização do acesso aos serviços de saneamento, segundo Galvão (2009), é um “objetivo legítimo das políticas públicas” a ser alcançado. No que se refere à desigualdade social, há um consenso de que a pobreza no Brasil é resultado, em grande medida, da elevada concentração de renda (SILVA, 2010).

Por fim, conforme os indicadores apontam, há extrema necessidade de um pacto da sociedade que priorize investimentos de acesso a serviços e necessidades básicas, ao mesmo tempo que persistem graves desigualdades. Cada cidade, metrópole e região brasileira merece um olhar único, com políticas que atendam tais demandas sociais e sanitárias. Com essa perspectiva em mente, a pesquisa realizada buscou olhar esses processos na cidade de São Paulo, a partir da investigação em 3 distritos específicos: Brasilândia, Parelheiros e São Miguel Paulista, sendo o estudo apresentado logo após a seção metodológica.

### 3. MÉTODOS

De modo que possibilite atender o objetivo do estudo, destaca-se ao longo da pesquisa de campo a presença de duas perspectivas a respeito do presente tema: a institucional e a dos especialistas. Na institucional, foram analisados documentos de execução dos planos de governo, com a intenção de avaliar o que foi previsto e o que de fato foi executado. Já com relação aos especialistas, foram debatidos temas sobre os avanços e limitações para os serviços de saneamento básico, com ênfase na escala municipal, além da própria relação entre a desigualdade social e o acesso aos serviços de saneamento na cidade de São Paulo.

Em um primeiro momento, foram realizadas, entrevistas semiestruturadas com três especialistas no campo de estudo selecionados para a presente pesquisa, escolhidos por compreenderem a relevância do estudo sobre saneamento e as desigualdades.

**Tabela 1:** Entrevistados

<b>Entrevistados</b>	<b>Formação</b>
Assessor Parlamentar	Arquiteto e Urbanista
Coordenador de Pesquisas	Doutorando em Mudança Social e Participação Política
Pesquisadora	Doutora em Administração Pública e Governo

As perguntas foram orientadas com base nos objetivos geral e específicos, que buscou compreender como se comportam os indicadores de vulnerabilidade social e os déficits de saneamento básico, visando identificar fatores explicativos. Vale destacar que as entrevistas são instrumentos importantes usados nas pesquisas de cunho de caráter social, possibilitando captar melhor o que o entrevistador pensa.

A abordagem do estudo consistiu especialmente na qualitativa, em função de possibilitar maior profundidade na temática por meio de registros, leituras e entrevistas,

explicadas em outro parágrafo. Além disso, a definição de abordagem específica consistiu no estudo de casos múltiplos nos respectivos distritos destacados ao longo do projeto.

Ao todo, foram selecionados 3 especialistas, uma pesquisadora e doutora em administração pública e governo; um coordenador de pesquisa e mestrando em mudança social e participação política; e por fim um assessor parlamentar formado em arquitetura e urbanismo. A escolha da primeira foi a partir da identificação e interesse de um estudo de caso de sucesso, no M'Boi-Mirim, com relação ao perfil do segundo o foco estava mais direcionado as desigualdades e o saneamento na cidade de São Paulo, já o terceiro entrevistado foi buscando um olhar de quem está no legislativo contribuindo com a elaboração de políticas públicas.

Dentre as hipóteses iniciais levantadas a respeito dos indicadores de saneamento e desigualdade nos distritos de São Paulo, um documento chamou muito a atenção, o Mapa da Desigualdade, que traz os indicadores por área dos 96 distritos, cobrindo temas como coleta seletiva, educação, saúde, equipamentos públicos e outros. O estudo levanta dados e evidências que são demandados para uma abordagem mais precisa dos diferentes temas. Isto faz-se necessário até como base de informações para atuação dos governos municipais, estaduais e federal na busca pela erradicação da pobreza e combate à desigualdade. De acordo com a entrevista do sociólogo Américo Sampaio ao “Jornal de Todos os Brasis (2017)”, a cidade de São Paulo não conseguiria superar suas marcas de desigualdade por haver uma “predeterminação política”, isto é, uma seletividade separando quem vai ter os melhores e piores serviços públicos, ou equipamentos de educação e cultura, por exemplo.

Os distritos selecionados como objeto de pesquisa na cidade de São Paulo foram São Miguel, Brasilândia e Parelheiros. Para compreender como os indicadores de desigualdade se comportam, foram considerados 53 indicadores ao todo registrados no documento denominado “Mapa da Desigualdade de São Paulo”(2019). O processo foi dividido em algumas etapas, com oito colunas de uma planilha de Excel. A primeira delas com todos os indicadores de desigualdade. A segunda com o distrito de São Miguel e a terceira com a sua respectiva posição em cada um dos tópicos. Já a quarta conta com Brasilândia, logo depois, na quinta, consta sua posição no ranking de indicadores. Com relação ao último distrito, Parelheiros na sexta coluna e a sua posição na sétima. Por fim, há a coluna com a média da cidade de São Paulo, de todos os tópicos abordados pelo documento. Vale ressaltar que o Mapa da Desigualdade serviu tanto

para compilação das informações em Excel, quanto para toda a pesquisa ao longo do biênio.

Ainda, com base originalmente no Mapa da Desigualdade (2019) e após um filtro do Excel (ANEXO 3), para classificar os distritos, um Quadro Síntese foi elaborado. A fórmula foi aplicada para investigar com qual frequência os distritos aparecem e a partir disso, buscar relação com outros fatores críticos, tanto de acesso quanto de desigualdade social.

O procedimento buscou classificar o posicionamento de cada distrito nos diferentes indicadores do Mapa, verificando também seu posicionamento nos graus mais acentuados de desigualdade, classificando em graus baixo, médio ou alto de desigualdade.

Também, o Plano Municipal de Saneamento (2019) foi analisado com a finalidade de compreender o cenário dos serviços de saneamento na cidade de São Paulo, bem como quais mudanças foram feitas ao longo dos anos, o que avançou e se avançou.

Em outro momento, dado a necessidade de refinar os distritos, optando por 3 (três) considerados críticos: São Miguel, Brasilândia e Parelheiros, foram revisados os Planos das respectivas subprefeituras, para averiguar se havia alguma conformidade com as metas de saneamento com o Plano de saneamento do município.

Também duas Atas do Comitê de águas da cidade de São Paulo foram investigadas e não contribuíram para a pergunta de pesquisa, não trouxeram uma abordagem regionalizada, com foco nas subprefeituras ou distritos. No entanto, a última trouxe indicadores relevantes para o estudo.

Além dos documentos, por mais que com dados desatualizados, o ObservaSampa foi fundamental para a compreensão do cenário no ano de 2010, assim, foi feita uma pesquisa na plataforma, filtrando os distritos aqui estudados e por conseguinte comparados à média de São Paulo, resultando em Parelheiros, dentre os 3 (três) com indicadores mais críticos.

## **4. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS**

### **4.1. Panorama: Saneamento básico, desigualdade social e a cidade de São Paulo**

O estudo realizado passou por duas abordagens centrais, a primeira delas foi: (i) compreender o comportamento e a frequência de indicadores de desigualdade nos

distritos de São Miguel, Brasilândia e Parelheiros, que compõem a cidade de São Paulo; e a segunda abordagem: (ii) compreender como se apresentam os serviços de saneamento básico, como abastecimento de água, coleta de lixo e acesso a rede de esgoto, nos 3 (três) distritos apresentados.

Tendo em vista a cidade de São Paulo, o “Desigualtômetro” (ferramenta que mostra a distância entre os distritos menos vulneráveis e aqueles em situação mais precária) mostra a idade média ao morrer como um dos indicadores mais relevantes do Mapa da Desigualdade (2020) considerando os 96 distritos do município. Em 2020, a diferença entre o melhor e o pior superou os 23 anos (indicador registrou expectativa de vida de 81,5 anos no Jardim Paulista e 58,3 anos no Jardim Ângela).

Dado o objetivo da presente pesquisa, foram selecionados 3 (três) distritos da cidade de São Paulo: Brasilândia, São Miguel e Parelheiros. Nessa linha, para compor em maior grau de profundidade e contextualizar brevemente o cenário, foram extraídos do ObservaSampa dois tópicos que se conectam. O primeiro deles é o 6.1 (Quadro 1) referente à “Proporção de Domicílios não conectados à rede geral de Água” e o segundo, ODS 06.02 (Quadro 2) que se refere à “Proporção de Domicílios não conectados à rede geral de Esgoto”. Por fim, os indicadores por distrito foram comparados a média da Cidade de São Paulo (0,89%). Com isso em mente, Parelheiros na figura 1 demonstra 16,50%, muito acima da média municipal sendo o mais crítico no acesso ao serviço. Já com relação aos dados presentes na figura 2, o distrito de Parelheiros também aparece como o mais crítico, com 62,77% frente à cidade de São Paulo (7,90%).

**Quadro 1** - Proporção de Domicílios não conectados à rede geral de Água (%) – ODS 06.01

INDICADOR	[ODS.06.01] Proporção de Domicílios não conectados a rede geral de Água (%)
Região	2010
SÃO PAULO ( <i>Município</i> )	0,89
Brasilândia ( <i>Distrito</i> )	1,33
Parelheiros ( <i>Distrito</i> )	16,50
São Miguel ( <i>Distrito</i> )	0,43

**Fonte:** ObservaSampa

**Quadro 2** - Proporção de Domicílios não conectados à rede geral de Esgoto (%) – ODS 06.02

INDICADOR	[ODS.06.02] Proporção de Domicílios não conectados a rede geral de Esgoto (%)
Região	2010
SÃO PAULO ( <i>Município</i> )	7,90
Brasilândia ( <i>Distrito</i> )	12,39
Parelheiros ( <i>Distrito</i> )	62,77
São Miguel ( <i>Distrito</i> )	9,33

**Fonte:** ObservaSampa

Em se tratando do acesso aos serviços de saneamento básico, temos o Painel Saneamento Brasil (ITB), que apresenta indicadores dos 839 municípios com população acima de 50 mil habitantes. Considerando a capital paulista, de acordo com informações do Painel (2018) temos em São Paulo (i) 85.238 pessoas sem acesso a água, (ii) 450.544 sem coleta de esgoto, (iii) 246.817 pessoas com esgoto não tratado. Além disso, 337.299 habitantes têm abastecimento irregular de água (IBGE,2018).

De acordo com o Instituto Trata Brasil (2020), apesar do setor ainda demandar muitos investimentos, a cidade é destaque no tema, comparado a outras regiões do país. Conforme o Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS - 2019), 99,3% da população possui abastecimento de água potável. Também, o Instituto ainda destaca no que se refere ao esgotamento sanitário os números não são tão satisfatórios. O ITB mostra que na capital, pelo menos mais de 90% da população paulista recebe o serviço

de coleta de esgoto, mas só 68,6% são tratados - o que demonstra um baixo índice de efetividade.

#### **4.2. O que revela o Plano Municipal de Saneamento Básico de São Paulo (PMSB)**

O Plano Municipal de Saneamento do Município de São Paulo (2019) é uma revisão do Plano de 2010 e deveria servir de base para a próxima revisão integral do PMSB, engajando os diferentes atores e direcionando-os para melhorias efetivas e inclusivas para o setor, mas não foi convertido em implementação de política. O Plano deveria essencialmente atacar as questões de saneamento, considerando as mudanças estabelecidas ao longo do tempo, bem como a futura incorporação do estudo climático.

Também, o Plano pretendia considerar um período de 20 anos, mas com abertura para atualizações periódicas, tendo como referência um período máximo de quatro anos. Conforme sua demanda por revisões, o Plano Municipal de 2019 veio para subsidiar, impondo diretrizes e metas em um novo formato. No entanto, previa-se uma revisão para o ano de 2020, mas isso não foi feito, o que é muito problemático, tornando ainda mais defasado o acesso aos dados de saneamento. A revisão, caso fosse realizada, visava fazer a transição do PMSB de 2010 para o de 2020, com alterações ainda mais significativas tomando como base o cenário atual para o setor, e considerando a abertura para a participação social.

Portanto, para melhor elucidar as alterações que o Plano Municipal apresenta, há o Conselho Municipal de Saneamento Básico, firmando seu caráter em acompanhar, fiscalizar e ser consultado diante de qualquer alteração política, também deve ter atribuições consultiva e deliberativa. No entanto, o Conselho por si só não garante a efetividade do controle social e institucional. Apesar das alterações, conforme o que foi apurado, o Plano não apresenta uma abordagem regionalizada, os três distritos não aparecem no documento de 2010 e na revisão de 2019, o que revela ser um fator crítico, tendo em vista suas especificidades e necessidades de um olhar regionalizado, de modo a possibilitar atacar as vulnerabilidades.

O Artigo Técnico “Planos Municipais de Saneamento básico: Avaliação de 18 casos brasileiros” (PEREIRA & HELLER, 2015), dentre os casos, o Município de São Paulo foi um deles, e os autores classificaram as 18 cidades de acordo com alguns princípios. Sendo assim, o princípio da universalização é importante para a compreensão do cenário. Segundo eles, mesmo todos explicitarem a presença da questão da universalização como



um princípio, somente metade considerou soluções de caráter individual adotado pela população mais vulnerável, sem acesso aos serviços de saneamento. Ainda, destas 12, apenas 6 construíram metas para universalizar e apenas 3 destacaram ter instrumentos de planejamento, tais como Fundo Municipal, Plano Diretor ou Plano Municipal de Saneamento.

#### **4.3. O que dizem as Atas do Comitê Gestor dos Serviços de Águas e Esgoto da Capital Paulista**

Para melhor compreender o cenário do saneamento básico na cidade de São Paulo, duas Atas foram brevemente analisadas: “Atas das sexagésimas quarta e oitava reunião do comitê gestor dos serviços de água e esgoto da capital paulista” - objetivando filtrar quais eram os assuntos tratados pelos responsáveis, lembrando que ao todo são seis representantes, sendo três do município e três do estado.

Então, apreciando-se a 64ª Ata (2020), foi notado que os investimentos são abordados de maneira superficial, sem a profundidade requerida. Com relação à 68ª Ata (2020), um ponto focal para a discussão foi a abertura do item referente ao “Relatório Final dos trabalhos da Comissão Temática de Revisão de Investimentos e Metas do Contrato”. Dessa forma foram pensados indicadores que mostrassem as unidades do município que precisariam de investimentos, dividindo-se a cidade em quatro partes. Ademais, a justificativa pela escolha dos dois documentos foi em função de serem recentes, de 2020. Vale ressaltar que as Atas correspondentes ao ano de 2021 não foram encontradas na apuração de informações, o que demonstra ser um ponto crítico referente ao acesso à informação do tema em questão. Em nenhum momento os três distritos marcados pela desigualdade e o déficit de saneamento aparecem, e os documentos não demonstraram abordagem regionalizada.

#### **4.4. O que mostram os Quadros Detalhados de Execução Orçamentária**

Os Quadros Detalhados de 2014 e 2018 foram investigados em razão de perpassarem períodos abordados na pesquisa e servem de comparação para melhor compreensão do cenário geral do investimento em saneamento, com o quadro comparativo. O Quadro de 2020 não foi inserido por estar disponível apenas para a primeira metade do ano.

### Quadro 3 – Orçamento Municipal

<b>Quadro Detalhado de Execução Orçamentária</b>				
	<b>Orçado</b>	<b>Atualizado</b>	<b>Empenhado</b>	<b>Liquidado</b>
01/2014 a 12/2014	R\$ 681.509.000	R\$ 671.653.995	R\$ 384.794.027	R\$ 362.415.184
01/2018 a 12/ 2018	R\$ 421.215.283	R\$ 483.461.421	R\$ 423.979.101	R\$ 335.512.143

**Fonte:** Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal da Fazenda.

Portanto, há uma redução e uma estagnação de investimentos no setor. Vale destacar que essa é uma análise em cima do montante investido, isso mostra que o esforço ao saneamento público não avançou ao longo dos anos correspondentes. Portanto, o investimento global não evoluiu. Também, como mencionado, os números são gerais, não há informações nesta tabela com foco regionalizado, seja considerando as subprefeituras ou distritos.

Vale ressaltar, que os Quadros trazem o balanço anualmente e o objetivo foi demonstrar brevemente o cenário do saneamento com relação aos investimentos no município de São Paulo, tendo em vista os valores registrados no Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura. No mais, 2021 não foi apontado na justificativa de não termos valores de execução disponíveis.

#### 4.4.O que pensam os especialistas

Pensando em ouvir a percepção de especialistas, Fernanda Lima, Guilherme Checco e Carlos Henrique Oliveira foram entrevistados, eles que de alguma forma atuam em contato com o setor de saneamento e/ou desigualdade. Em uma conversa realizada com cada um deles, em momentos diferentes, foram indagados com relação à hipótese levantada na presente pesquisa.

Podem ser considerados instrumentos de planejamento os planos de bairro, como o do Jardim Lapenna e plano municipal de saneamento – como discutido anteriormente. Então, uma discussão levantada por um deles foi sobre o fato do nosso arranjo ter leis que viabilizam formas de trabalhar a operacionalidade e efetividade das ferramentas, ainda, ele destacou que nem todo município tem um plano de saneamento e que São Paulo possui avanços em comparação com outras cidades. Nesse sentido, destacou:

“Então na nossa cultura política e no nosso arranjo de governança no Brasil eu tenho a impressão de que especialmente o nosso arranjo ele prevê então as nossas leis elas preveem os instrumentos de planejamento, normalmente vinculam, tenta pensar em formas de aumentar essas questões que você coloca de operacionalidade e efetividade dos mesmos, então vincula, precisa ter o plano para receber recursos da União.”  
(Guilherme Checco)

Com a fala, ele tenta trazer como os instrumentos de planejamento são cruciais para passar maior segurança a União, sendo que possui parte significativa dos recursos demandados.

Já outro especialista, destaca que é formado em planejamento e que planejar é fundamental quando se pensa em políticas públicas. Com isso, um instrumento como o plano de saneamento é extremamente crucial, principalmente em regiões grandes, complexas e com realidades tão diferentes, como ele mesmo explica:

“O plano de saneamento ele é de fundamental importância e no caso de São Paulo como é uma cidade enorme altamente complexa né e com realidades completamente diferentes em cada uma das regiões, você precisa subdividir isso.” (Carlos Henrique Oliveira)

Ele tenta explicar que, cada região contém suas especificidades, por isso é necessário ter um plano que exerça de fato a função, mapeando os pontos críticos e chamando a atenção dos mais variados atores, como as organizações não governamentais, setor privado e especialmente o governo.

Além do saneamento, buscando compreender se há relação com a desigualdade, uma terceira pessoa, também especialista, foi perguntada acerca de, considerando a cidade, se há correlação entre indicadores de desigualdade e o déficit de acesso aos serviços nos distritos. Posto isso, sua resposta foi direta, conforme destacado por ela:

“Sem ver nenhum indicador, diria que sim, porque dos meus anos de trabalho na periferia de São Paulo e de vivência na região central, é muito claro que a região

central de São Paulo é mais planejada no sentido de atender os critérios básicos, de fornecimento de serviços públicos, e isso inclui o saneamento.” (Fernanda Lima)

Nesse sentido, claramente do ponto de vista dela há correlação entre os dois argumentos trazidos, de forma que a cidade de São Paulo segrega mais quem está no extremo e contempla com uma infraestrutura mais robusta quem está na área central.

Um dos principais resultados dessa entrevista foi que de forma unânime os especialistas reconheceram que os indicadores de desigualdade social possuem relação com os indicadores de acesso aos serviços de saneamento básico.

#### **4.6. O que mostram os Planos Regionais de São Miguel Paulista, Brasilândia e Parelheiros**

##### **4.6.1. Brasilândia**

Identifica-se um desnivelamento de informação em relação às subprefeituras de São Miguel Paulista e Brasilândia. Dessa forma, não é trivial compreender o que foi demandado, prometido e entregue, dado o grau insuficiente de informações.

No entanto, no plano de ação a palavra saneamento aparece muitas vezes, o que demonstra uma preocupação da região com relação à temática. Na composição dos Planos Regionais, tendo em vista seu perímetro de ação, identifica locais que requerem ações articuladas de políticas e investimentos públicos em Habitação; Saneamento; Drenagem; Áreas verdes, Mobilidade e Equipamentos sociais. Além disso, no Plano, dentre seus principais desafios, aparece como um grande gargalo o saneamento e recuperação ambiental, destacando-se a poluição hídrica, deficiência na coleta e tratamento de esgotos; pontos viciados de descarte de resíduos sólidos e ameaça à vegetação remanescente, mais uma vez demonstrando a preocupação, de certa forma, com o saneamento. Já nas principais Diretrizes, emerge como um dos tópicos a promoção do saneamento ambiental com acesso universal ao saneamento básico, solução para macro e micro drenagem e resíduos sólidos, ou seja, existe uma atenção sobre o tema.

Também, visando o meio ambiente e habitação, na temática saneamento e drenagem, o Plano preocupa-se com a recuperação de nascentes e despoluição do Córrego do Onça, Córrego do Bananal, Córrego do Canivete, Gabiroba, Manoel Belizar Bolívar e contribuintes, Piscinão Bananal; recuperação das cachoeiras; saneamento básico com complementação das redes de coleta e tratamento de esgotos, ampliação das

redes de água e ligações domiciliares; educação ambiental (com foco e águas e resíduos sólidos); drenagem (com foco nos pontos de alagamento e Estação Elevatória); mitigação dos impactos ambientais do Rodoanel; consolidação geotécnica e por fim, a ampliação das áreas permeáveis.

#### **4.6.2. Parelheiros**

No Plano de Ação de Parelheiros, o tema também aparece múltiplas vezes, estrategicamente citando a palavra saneamento. Inicialmente, na composição dos Planos Regionais das Subprefeituras (termo equivalente a prefeituras regionais) tem-se no Perímetro de Ação a identificação de locais que requerem ações articuladas de políticas e investimentos públicos em temas como saneamento e drenagem. Dentre as demandas do Plano Regional, há a presença do saneamento ambiental, importante na agenda, visando fortalecer a gestão dos mananciais de abastecimento público relativos às bacias do Guarapiranga, Billings e Capivari-Monos, reforçando a fiscalização sobre atuais áreas de intensa pressão para a ocupação.

Ainda considerando o saneamento ambiental, existem ações previstas para a Av. Paulo Reimberg, visando promover o Saneamento Básico para a população ao longo de toda a via; no centro de Parelheiros, estabelecendo condições de saneamento ambiental e tratamento de esgoto; proporcionar na Colônia a coleta do lixo e saneamento; instalar na Cratera da Colônia uma infraestrutura adequada de saneamento; na região do Caulim, providenciar soluções alternativas para o Saneamento Ambiental. Por fim, em São Norberto, Vila Roschel e Cipó, estimular a implantação de sistemas alternativos de saneamento para superar as vulnerabilidades. Com isso, apesar das informações coletadas, o resultado da investigação do plano da subprefeitura é limitado no que se refere aos avanços não identificados em saneamento básico urbano.

#### **4.6.3. São Miguel Paulista**

Já no Plano de Ação de São Miguel Paulista, a palavra saneamento também aparece diversas vezes, o que demonstra a forte presença do tema na agenda submunicipal. No documento, os desafios da subprefeitura alinham preocupações a respeito do atendimento das demandas por infraestrutura básica, a exemplo do saneamento e a redução dos índices de vulnerabilidade social.

Neste sentido, o Plano Regional apresenta como uma de suas diretrizes gerais para a subprefeitura de São Miguel Paulista, mitigar os problemas de saneamento ambiental, principalmente o esgotamento, drenagem e a contenção de cheias do Rio Tietê em áreas urbanizadas da várzea.

Frente aos distritos de Brasilândia e Parelheiros, São Miguel Paulista demonstra estar à frente no que se refere ao cuidado com o saneamento – e isso pode ser comprovado com a frequência da palavra no plano regional e no envolvimento da sociedade civil, articulando ações como o plano de bairro do Jardim Lapenna e seus desdobramentos.

Fato interessante é a participação da sociedade civil, engajada na elaboração do plano de ação que se divide em perímetros de abordagem. A participação social não apareceu constantemente nos planos dos outros distritos. Neste caso, são notórias a articulação institucional e a mobilização social.

#### 4.7. Quadro 4 - Síntese sobre os Distritos analisados

<b>Brasilândia</b>	<b>Parelheiros</b>	<b>São Miguel Paulista</b>
Há preocupação com relação ao saneamento ambiental.	Preocupação com o saneamento ambiental.	No Plano de Ação, a palavra “saneamento” aparece várias vezes.
Resultados limitados no que se refere aos avanços em saneamento básico urbano.	Resultados limitados no que se refere aos avanços em saneamento básico urbano.	Resultados também limitados no que se refere aos avanços em saneamento básico urbano.
Não foram identificados instrumentos de planejamento.	Não foram identificados instrumentos de planejamento.	Segundo especialistas entrevistados e documentos apurados, São Miguel possui o plano de bairro, sendo um ótimo instrumento de planejamento.
<p>Parelheiros e Brasilândia não possuem um plano de bairro ou instrumento institucional de planejamento, sendo assim, São Miguel Paulista configura como o “melhor” nesse aspecto.</p>		

## 5. CONCLUSÃO

A partir da questão norteadora da pesquisa, as evidências mostraram que sim, existe uma relação entre o déficit e a desigualdade nos três distritos que compõe o município de São Paulo.

Os resultados embasaram-se especialmente na análise documental e nas contribuições dadas pelos especialistas ao longo das entrevistas. Constatou-se a partir das respostas dadas pelos especialistas e do levantamento de dados, que há relação entre os indicadores de desigualdade e o déficit de saneamento básico, principalmente nas regiões que se encontram nas margens da cidade de São Paulo. Além disso, outra constatação feita por um dos especialistas foi a questão de o plano de bairro ser considerado mais “democrático” envolvendo maior diálogo com os moradores comparado ao plano municipal, de caráter mais técnico-político.

Pensando nos indicadores, apesar de os dados do ObservaSampa apontarem algo, apenas com o ano de 2010 limita-se a condição de apreensão e análise das informações e outros indicadores são necessários para proporcionar atualizações, tendo em vista o contexto.

Com isso, espelhando o resultado central do projeto, o distrito com alto grau de vulnerabilidade social a partir dos indicadores de desigualdade apontados ao longo do projeto de pesquisa, foi Parelheiros, com uma situação mais crítica comparado a São Miguel Paulista e Brasilândia.

Sendo assim, para melhor amparar a questão, algumas das recomendações consistem na elaboração de indicadores por distrito tendo em vista o ODS 6 – “assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos” (RELATÓRIO LUZ, 2021). Nessa linha, é fundamental a criação de instrumentos que possibilitem o monitoramento por distrito, bem como o uso de softwares e a promoção de transversalidade entre as secretarias municipais. Também, faz-se fundamental o envolvimento de atores políticos com relação ao tema, de modo a permear institucionalmente a sua relevância, e no encontro dos atores com o poder público municipal para viabilizar meios de ampliação do acesso aos serviços, e a elaboração de políticas públicas visando à redução da desigualdade social.

Um dos ferramentais consideráveis é a utilização de indicadores quantitativos ou qualitativos de um cenário específico, desempenho, ou padrão de serviço. Nesse sentido, no caso do monitoramento, eles podem ser mobilizados em função de comparação da



evolução da qualidade do serviço ou para contrastar com os padrões dos provedores de serviços, como destaca ALEGRE (2004).

Vale explicar que indicadores não são a solução direta para a universalização do acesso aos serviços de esgotamento sanitário e água em regiões com população em vulnerabilidade social, no entanto, são instrumentos potentes de aperfeiçoamento para o gerenciamento e planejamento. Ademais, estimulam a transparência e proporcionam abertura em maior grau para o diálogo entre os diferentes atores da sociedade envolvidos com o saneamento, de modo a medir a preparação da operadora de serviços para encarar a questão da universalização e aperfeiçoar a governança. Também, a aplicação de indicadores pode proporcionar importantes saltos de qualidade e ações mais inclusivas nos distritos que compõem a cidade de São Paulo, especialmente com maior grau de vulnerabilidade.

Portanto, é fundamental atentar que ao longo a presente pesquisa, motivada a partir da pergunta inicial, o saneamento na cidade de São Paulo, deve claramente evoluir expressivamente e investir-se muito mais, com olhar específico para cada região, em especial os distritos de maior vulnerabilidade. Também, apesar das ressalvas, como os próprios especialistas apontaram, o município possui instrumento de planejamento, como o plano de saneamento e os distritos possuem subprefeituras e os seus Planos Regionais. Ainda, apesar dos avanços, a universalização dos serviços parece distante ainda, uns mais que os outros.

Além disso, é fundamental ressaltar a importância de iniciativas a nível de bairro, como o plano de bairro do Jardim Lapenna e o futuro plano do Jardim Pantanal, em execução, na perspectiva de reduzir desigualdades e de gerar bem-estar aos moradores dessas localidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEGRE, H. et al. Performance indicators for water supply services. London: IWA Publishing, 2004.

A PRIVATIZAÇÃO da água e o papel do Estado. Disponível em: A privatização da água e o papel do Estado | Opinião | Valor Econômico (globo.com). Acesso em: 28 dez. 2020.

ARRETCHE, Marta. Desigualdade no Brasil: entrevista com Marta Arretche. Disponível em: <<https://youtu.be/27CIwSLYxk0>>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

BRASIL: Brasília. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=PL+4162%2F2019++Senado+Federal&cvid=d642928315254753a6a759e86a587cf5&FORM=ANAB01&PC=DC> TS. Acesso em: 02 jan. 2020.

BRASIL: Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm). Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. CADERNOS ODS IPEA. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_6.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_6.pdf). Acesso em 05 de jun. de 2020.

BRASIL. CADERNOS ODS IPEA. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524\\_cadernos\\_ODS\\_objetivo\\_10.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_10.pdf)>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Aumenta desigualdade social no país, revela pesquisa do IBGE. Disponível em: <<https://www.anfib.org.br/geral/aumenta-desigualdade-social-no-pais-revela-pesquisa-do-ibge/>>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

BRASIL. IBGE. PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. Brasil: Agência IBGE Notícias, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-derendimentos-do-pais>. Acesso em: 13 maio 2020.

BRASIL. IBGE. PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em cinco das 27 UFs no 4º Trimestre de 2020 / Agência de Notícia IBGE. Brasil: Agência de Notícias IBGE, 2020. Disponível em: PNAD Contínua Trimestral: desocupação recua em cinco das 27 UFs no 4º trimestre de 2020 | Agência de Notícias | IBGE. Acesso em: 29 maio 2021.

BRASIL. IBGE. Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasil: Ibge.Gov, 2019. Disponível em: SÍNTESE DE INDICADORES

SOCIAIS Uma análise das condições de vida da população brasileira (ibge.gov.br). Acesso em: 11 jan. 2021.

BRASIL. IBGE. SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS -2020: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio, 2020. Color. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/6178888f440cadb3ff272b61aef88c2c.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6178888f440cadb3ff272b61aef88c2c.pdf). Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES (2014) Plano nacional de saneamento básico. Brasília: Ministério das Cidades, 220 p. Disponível em: ARQUIVO\_PORTAL\_CDR\_756-Comissao-Permanente-CDR20160307.pdf. Acesso em: 28 de jul. de 2021.

BRASIL. SNIS. Painel de Informações Sobre Saneamento. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>. Acesso em: 07 maio 2021.

CERI. CENTRO DE ESTUDOS EM REGULAÇÃO E INFRAESTRUTURA. Medindo o saneamento: potencialidades e limitações dos bancos de dados brasileiros. 2018.

FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL. Projeto Lapenna 2030 – Pesquisa domiciliar: pesquisa domiciliar. Pesquisa domiciliar. Agosto de 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/ruans/Downloads/Lapenna\\_vFabio.pdf](file:///C:/Users/ruans/Downloads/Lapenna_vFabio.pdf). Acesso em: 17 dez. 2020.

GALVÃO JUNIOR, Alceu Castro. Desafios para a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/GALVAO%202009.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2021.

INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE. Comitê Gestor dos Serviços de Águas e Esgoto da Capital Paulista. Disponível em: Comitê Gestor dos Serviços de Águas e Esgoto da Capital Paulista ([infraestruturameioambiente.sp.gov.br](http://infraestruturameioambiente.sp.gov.br)). Acesso em: 08 jul. 2021.

INSTITUTO TRATA Brasil. São Paulo cada vez mais perto da universalização. Disponível em: São Paulo cada vez mais perto da universalização - ([tratabrasil.org.br](http://tratabrasil.org.br)). Acesso em: 29 maio 2021.

Leo Heller e Tatiana Santana Timóteo Pereira. Planos municipais de saneamento básico: avaliação de 18 casos brasileiros. 3. ed. Brasil: Eng Sanit Ambient, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/esa/a/Cvq8JLGJrnwLdtkpn4Yq96N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jun. 2021.

MAPA da Desigualdade. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2019. Disponível em: [Mapada\\_Desigualdade\\_2019\\_apresentacao.pdf](http://Mapada_Desigualdade_2019_apresentacao.pdf) ([nossasaopaulo.org.br](http://nossasaopaulo.org.br)). Acesso em: 12 de dez. de 2020.

MAPA da Desigualdade. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Mapa-da-Desigualdade-2020-MAPAS-site-1.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

MARQUES, E. Cidades, Políticas Urbanas Redistributivas e a Crise. 2017, p. 42. Disponível em:

<file:///C:/Users/Ruan%20Santos/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/CIDADES-POLÍTICAS-URBANAS-REDISTRIBUTIVAS-E-A-CRISE-Eduardo-Marques-1%20(1).pdf>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

MILENA, Lilian. Desigualdade em SP está congelada e sem perspectiva de melhora no curto prazo - Rede Nossa São Paulo. Disponível em: Desigualdade em SP está congelada e sem perspectiva de melhora no curto prazo - Rede Nossa São Paulo (nossasaopaulo.org.br). Acesso em: 07 jan. 2021.

NILO, Alessandra. V RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL. Brasil: Artigo 19 Brasil e América do Sul e Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero, 2021. Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por\\_rl\\_2021\\_completo\\_vs\\_03\\_lowre.s.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowre.s.pdf). Acesso em: 06 jun. 2021.

PAIM, J.S. (2011) Universalidade, integralidade e equidade: caderno temático nº 1. In: Rezende, S.C. (org.). Cadernos temáticos. In: HELLER, L.; MORAES, L.R.S.; BRITTO, A. L.; BORJA, P.C.; REZENDE, S.C. Panorama do Saneamento Básico no Brasil. Brasília. Ministério das Cidades, v. 7. No prelo. Disponível em: Acesso em: 02 de ago. de 2021.

PAINEL SANEAMENTO BRASIL. Recebimento irregular de água. Disponível em: <[https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/evolucao?id=355030&L%5Bi%5D=POP\\_AGUA\\_IRREGULAR](https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/evolucao?id=355030&L%5Bi%5D=POP_AGUA_IRREGULAR)>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

PAINEL SANEAMENTO BRASIL. Município de São Paulo. Disponível em: <<https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=355030>>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

PAINEL SANEAMENTO BRASIL. População sem coleta de esgoto. Disponível em: <[https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/evolucao?id=355030&L%5Bi%5D=POP\\_SEM\\_ES](https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/evolucao?id=355030&L%5Bi%5D=POP_SEM_ES)>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. CADERNOS DAS SUBPREFEITURAS. Material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras. 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo. Disponível em: <https://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/ods-sao-paulo>. Acesso em: 10 mar. 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Planos de Ação das Subprefeituras. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/planos-de-acao-das-subprefeituras/>. Acesso em: 16 maio 2021.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Política Municipal de Segurança Hídrica de São Paulo. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2019/1711/17104/lei-ordinaria-n-17104-2019-institui-a-politica-municipal-de-seguranca-hidrica-e-gestao-das-aguas-no-ambito-do-municipio-desao-paulo>>. Acesso em 05 de jun. de 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA. Execução Orçamentária. Disponível em: <http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/execucao.php>. Acesso em: 26 jul. 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/8BFXyRfRdVDYkLvvgKdMwxQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2021.

TUROLLA, Frederico A.. POLÍTICA DE SANEAMENTO BÁSICO: AVANÇOS RECENTES E OPÇÕES FUTURAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2818/1/TD\\_922.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2818/1/TD_922.pdf). Acesso em: 04 nov. 2021.

## ANEXOS

### ANEXO 1 – Roteiro de entrevistas: questões gerais

1. Como você avalia a operacionalidade e efetividade dos instrumentos de planejamento público e sua contribuição aos avanços do saneamento básico no município de São Paulo (Plano Diretor Estratégico, Planos Regionais por subprefeitura, planos de bairro Jardim Lapenna e Pantanal, Plano Municipal de saneamento)?
2. Tendo em vista o Município de São Paulo, na sua percepção, há correlação entre os indicadores de desigualdade e o déficit de saneamento nos distritos de São Paulo?

### ANEXO 2 – Roteiro de entrevistas: questões específicas

#### Carlos Henrique Oliveira

1. Qual vem sendo o papel do legislativo estadual no que se refere ao tema? O que foi realizado até o atual momento para contribuir com a melhoria da qualidade e ampliação das redes de serviço e a redução da desigualdade social?
2. Tendo em vista que é fundamental haver cooperação entre os poderes, na sua visão, como se dá a relação entre o legislativo estadual e o municipal, ou seja, como o estadual tem direcionado o olhar para o município de São Paulo?
3. O Plano Municipal de Saneamento Básico considera um período de 20 anos, mas com abertura para atualizações periódicas, tendo como referência um período máximo de quatro anos. Conforme sua demanda por atualizações, o Plano Municipal de 2019 vem para subsidiar, impondo diretrizes e metas em um novo formato. Com isso, tinha-se uma previsão de revisão do Plano para 2020, ou seja, uma promessa, mas aparentemente não houve a revisão. Isso se confirma? Se sim, como você analisa tal fato e como impacta novas projeções para o futuro?
4. A prefeitura ainda precisa desenvolver medidas mais atualizadas ou regulares de melhoria socioambiental, não há dados periódicos e recentes a respeito do saneamento, por exemplo. Com isso em mente, quais são os efeitos da inexistência disso? No sentido oposto, caso houvesse dados que compilassem esses dados, quais seriam os impactos na sociedade?
5. Na sua percepção, há correlação entre os indicadores de desigualdade e o déficit de saneamento básico nos distritos do município de São Paulo, em especial São Miguel,

Brasilândia e Parelheiros? Além disso, como se dá o seu envolvimento com o Plano de bairro do Lapenna?

6. É sabido que o planejamento é crucial para a implementação de um projeto, política pública ou legislação, nele considera-se diversos aspectos, bem como o atual cenário, passado histórico e projeção contando com metas e consequentemente resultados advindos das mesmas. Com base nisso, quais são os pontos fortes do Novo Marco e quais tópicos você considera que não serão atingidos até a data prevista no respectivo documento?

### **Fernanda Lima**

1. Tendo em vista o seu envolvimento na iniciativa no distrito de São Luís, M'Boi mirim, o que pode ser útil para outros distritos e regiões da cidade?
2. O que o projeto no M'Boi pode aprender com as iniciativas do Jardim Lapenna e Jardim Pantanal? E quais foram as lições aprendidas por você diante de seu envolvimento com o projeto?
3. Qual você considera ser o papel da sociedade civil no combate às desigualdades nos bairros e distritos? Qual é o tamanho dessa força?
4. Como você enxerga o papel da sociedade civil no monitoramento de obras de infraestrutura em regiões mais vulneráveis? E quais mecanismos as pessoas precisam para impulsionar a sua atuação?

### **Guilherme Checco**

1. Considerando a cidade de São Paulo, você acredita que houve avanços significativos no que tange o acesso aos serviços de saneamento, bem como água, esgoto e a coleta do lixo? Quais foram esses avanços?
2. O atual cenário de COVID-19, que afeta toda uma escala social, sobretudo os mais vulneráveis, traz consigo muitos desafios. Com isso em mente, como você analisa os efeitos da crise sanitária na urgência de saneamento no Brasil, dado que os serviços de água e esgoto possuem relação direta com a saúde e bem-estar das pessoas?
3. Na sua perspectiva, quais são os maiores desafios para a agenda 2030 no combate às desigualdades e o acesso aos serviços de saneamento básico?
4. Qual você considera ser o papel do governo, sociedade civil, terceiro setor e a iniciativa privada na promoção da universalização dos direitos básicos, principalmente aqueles

em conformidade com os ODS: Erradicação da pobreza (1); Saúde e bem-estar (3); Água potável e saneamento; e Redução das desigualdades?

5. Na legislação do Novo Marco, consta pontos como: alcançar a meta de 99% da população com água potável em casa até 2033; 90% da população com coleta e tratamento de esgoto; estímulo ao investimento privado; e o fim do direito de preferência a companhias estaduais. Dito isso, com base em sua experiência e estudos no setor, como analisa essa questão? O que de fato muda com o Novo Marco do Saneamento?



### ANEXO 3 - Posicionamento dos 3 distritos estudados no Mapa da Desigualdade

#### Dados retirados do Mapa da Desigualdade de São Paulo

Indicadores de desigualdades	Distritos						Média -SP	
	1. São Miguel	1. Posição	2. Brasilândia	2. Posição	3. Parelheiros	3. Posição		
População preta e parda	44,1	27	50,6	14	56,61	3	31,1	
População feminina	52,23	57	52,14	62	51,03	88	52,6	
Arborização viária	429	74	236,5	88	31,5	95	671,2	
Emissão de poluentes atmosféricos	2,39	38	0,96	13	0,17	2	3,2	Posição 1 menos crítico e 93 mais crítico
Área verde por habitante	11,21	20	28,93	12	2.086,08	1	100,2	1 é menos crítico
Acidentes de trânsito	12,7	54	7	19	9,5	31	14,6	
Mortes no trânsito	5,6	40	2,2	7	8	60	8,1	8 é ruim
Atropelamentos	2,68	52	1,54	15	1,74	20	3,5	
Acidentes com bicicleta	10,1	81	2,9	30	2	19	6,1	
Acidentes com motocicleta	62,5	36	44,2	19	59,7	34	87,1	
Acidentes com automóveis	92,7	52	49,2	20	57,7	27	104,3	
Violência contra a mulher - todas	345,4	88	237,4	50	284,6	76	252,7	
Violência contra a mulher - feminicídio	1,11	73	0,71	58	1,56	84	0,9	
Violência LGBTQI	2	63	5	78	0	empatado com outros 33 Distritos	2,4	
Violência racial	1,45	57	0,83	32	0,8	31	1,8	
Arrecadação de IPTU	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$	
Favelas	2,96	35	29,6	95	10,84	70	8,3	
Tempo de espera para consultas - clínico geral (em dias)	7,36	41	62,46	90	61,4	86	19,3	
Tempo de espera para consultas - Programa Saúde da Família	7,29	73	9,87	79	1,65	39	4,4	
Horas de atendimento básico	26,31	14	15,13	40	29,33	9	16	
Leitos hospitalares	2,51	29	0,011	77	0,077	78	3,4	
Gravidez na adolescência	12,23	73	14,29	93	16,53	95	8,7	
Pré-natal insuficiente	26,62	93	25,2	89	22,94	75	18,4	
Mortalidade materna	0	empatado com outros 49 Distritos	6,27	65	3,77	54	5	
Mortalidade infantil	10,83	50	13,38	77	11,32	60	10,5	
Baixo peso ao nascer (menos de 2,5 kg)	11,21	91	10,03	69	8,98	40	9,3	
Idade média ao morrer	67,69	55	60,01	88	59,47	89	68,7	Quanto menor, mais crítico
Mortalidade por doenças do aparelho respiratório	11,39	73	6,75	22	7,44	38	9,2	
Mortalidade por câncer	141,82	49	100,87	23	77,8	7	139,4	
Mortalidade por AIDS	0,78	86	0,86	92	0,47	52	0,5	
Mortalidade por causas mal definidas	2,54	47	6,59	94	1,81	28	2,9	
Unidades básicas de saúde (UBS)	0,56	12	0,47	29	1,01	2		
Mortalidade por doenças do aparelho circulatório	30,15	92	19,6	42	18,51	34	20,9	
Tempo de atendimento para vaga em creche	47,3	9	75,27	31	136,43	74	106,9	
Demanda atendida nas creches municipais	98,16	18	96,4	39	92,92	61	92,9	
Atendimento nas creches municipais	44,7	54	67,2	12	61,9	23	46,7	
Atendimento nas pré-escolas municipais	41,1	48	52,4	32	57,8	20	40,1	
Matrículas no ensino básico em escolas públicas	62,73	48	74,87	21	82,01	6	57,3	
Centros culturais, casas e espaços de cultura	0,22	17	0,07	32	0	empatado com outros 51 Distritos	0,2	

Equipamentos públicos de cultura	2,23	29	1,44	39	0,68	68	4	
Cinemas	0	empatado com outros 53 Distritos	0	empatado com outros 53 Distritos	0	empatado com outros 53 Distritos	0,6	
Museus	0	empatado com outros 58 Distritos	0	empatado com outros 58 Distritos	0	empatado com outros 58 Distritos	0,3	
Acervo de livros para adultos	0,19	26	0,08	43	0,1	38	0,2	
Salas de show de concerto	1,11	33	0	empatado com outros 51 Distritos	0	empatado com outros 51 Distritos	4,8	
Teatro	0	empatado com outros 51 Distritos	0,04	51	0	empatado com outros 51 Distritos	0,4	
Acervo de livros infanto-juvenis	0,53	22	0,18	44	0,23	40	0,5	Os primeiros estão em posições melhores
Equipamentos públicos de esporte	0,33	36	0,18	67	0,2	62	0,3	Os primeiros estão em posições melhores
Emprego formal	1,61	67	0,47	92	0,61	89	6,7	Os primeiros estão em posições melhores
Diferença salarial entre mulheres e homens - todos os setores	x	x	-1,83	8	-8,45	27	-13,8	
Diferença salarial entre mulheres e homens - comércio	-12,23	41	-12,45	44	-16,9	68	-13,5	
Diferença salarial entre mulheres e homens - construção civil	22,73	21	-3,1	69	6,55	52	9	
Diferença salarial entre mulheres e homens - indústria	-34,68	82	7,65	3	-13,65	14	-23,7	
Diferença salarial entre mulheres e homens - serviços	-13,78	50	-0,65	8	-20,75	68	-14,4	

### Quadro Síntese

<b>Quantas vezes o Distrito aparece entre os 24 colocados</b>			<b>Fórmula: total de distritos (96)/distritos(3)+média(1) = 24</b>
<b>1. São Miguel</b>	<b>2. Brasilândia</b>	<b>3. Parelheiros</b>	
8 vezes	15 vezes (quase o dobro do 1)	12 vezes	